

5.11

Projeto de Registro do Patrimônio Histórico e Edificado

ÍNDICE GERAL

1.	Introdução	1
1.1.	Ações já Realizadas	2
2.	Justificativa	4
3.	Objetivos	5
4.	Área de Abrangência	6
5.	Metodologia	6
6.	Produtos a Serem Gerados	9
7.	Equipe Técnica	9
8.	Cronograma do Projeto de Registro do Patrimônio Histórico e Edificado	11
9.	Referências Bibliográficas	13
10.	ART	13

1. Introdução

O Projeto de Registro do Patrimônio Histórico Edificado é composto por um conjunto de ações que visam minimizar os impactos decorrentes da instalação e operação da PCH Senhora do Porto, situada no município de Dores de Guanhões. Cabe salientar que, tanto no diagnóstico ambiental como nas informações complementares, não foram identificados impactos relevantes sobre o acervo da região de inserção dos empreendimentos, sendo este programa direcionado, sobretudo, para o resgate de informações sobre o patrimônio edificado, capazes de subsidiar futuras políticas de preservação e interfaces com outros projetos propostos.

O escopo do Projeto de Registro do Patrimônio Histórico Edificado inclui as edificações ou conjunto de edificações considerados relevantes para o item ou que sejam protegidas pela federação, estado e município através de tombamento ou previsão de inventário. Foram consideradas relevantes as edificações com valor arquitetônico, histórico ou referencial para a região, identificadas no diagnóstico da área de inserção dos empreendimentos.

Com relação à proteção das edificações não foram encontrados bens tombados na área estudada. A consulta ao órgão municipal responsável pela preservação revelou que existe interesse de inventário e proteção de diversas edificações do núcleo urbano e algumas propriedades na área rural. Com relação às edificações consideradas relevantes, foi realizado um estudo das edificações citadas no diagnóstico dos estudos ambientais, incluído nas informações complementares do licenciamento ambiental dos empreendimentos.

A relação das propriedades consideradas relevantes para o tema e que, portanto, devem ser contempladas pelo Projeto de Registro do Patrimônio Histórico Edificado da PCH Senhora do Porto: Fazenda Bom Retiro, Fazenda da Guarda, Fazenda Candonga e Fazenda das Almas.

1.1. Ações já Realizadas

O registro dos patrimônios históricos e edificados da Fazenda Bom Retiro, Fazenda da Guarda, Fazenda Candonga e Fazenda das Almas foi realizado durante campanha realizada em campo nos dias 03 a 14, e 24 de junho de 2013.

- **Fazenda Bom Retiro:** de propriedade privada particular em bom estado de conservação, pertencente ao município de Dores de Guanhões situada na área diretamente afetada da PCH Senhora do Porto. MD/ME do Rio Guanhões, com ocupação residencial e pecuária e com área declarada de 435,6 ha. Fazenda Bom Retiro é propriedade de Newton Geraldo Bretas e residência do Sr. Rômulo Ferreira Campos. Estima-se que a fazenda tenha aproximadamente 68 anos. As edificações existentes na fazenda são a casa sede, paiol, curral, cocheira, galinheiro, casa de ordenha e outras residências de funcionários. O uso do solo é caracterizado pela pastagem e lavoura.
- **Fazenda da Guarda:** de propriedade privada e particular em excelente estado de conservação, pertence ao município de Dores de Guanhões situada na área diretamente afetada da PCH Senhora do Porto. MD do Rio Guanhões, com ocupação apenas residencial e com área declarada de 283,0 ha. A Fazenda da Guarda é propriedade de Maria Aparecida Barreto, esposa do Paulo Emídio Ferreira. A proprietária herdou a fazenda da mãe que, também, já havia herdado da mãe. Estima-se que a fazenda tenha aproximadamente 60 anos. As edificações existentes na fazenda são a casa sede, lavanderia, curral, galinheiro, depósito/paiol. O uso do solo é caracterizado pela pastagem e lavoura.
- **Fazenda Candonga:** abandonada com ocupação residencial por invasão, pertencente ao município de Guanhões está situada na área do entorno da PCH Senhora do Porto com área declarada de 726 ha. A Fazenda Candonga é a mais importante do município de Guanhões, está ligada à atividade mineradora das Lavras de Candonga, de 1837. A fazenda foi administrada pela companhia inglesa

“The Candonga Gold Mining CO Limited” que exportava ouro para Diamantina. Atualmente a fazenda é abrigo de uma tribo de índios que descobriu o local abandonado e invadiram. O cacique da tribo relatou que, por o imóvel ser tombado pelo Patrimônio Histórico, entrou em contato com a prefeitura e com o IEPHA para delatar a situação da fazenda, a fim de que reformassem e nenhum órgão tomou conhecimento.

A Fazenda Candonga foi tombada como bem cultural, por possuir valor arquitetônico, natural, paisagístico e histórico. A área assume especial importância por incluir as várias galerias associadas à antiga Mina da Candonga e restos de mata original preservada. A mina foi construída sobre depósito de características peculiares, servindo de modelo exploratório durante o período do seu funcionamento. A presença de pequenos fragmentos de floresta original é fator importante, na medida em que a região encontra-se em alto grau de degradação. O conjunto tombado por lei municipal abrange, portanto, desde os restos de mata como as diversas bocas das galerias da Mina do Candonga, bem como a sede da fazenda de mesmo nome. Além disso, destaca-se a presença na área de lápides preservadas da primeira metade do século XIX, em local que deve corresponder ao antigo cemitério. Foi tombada devido ao seu valor histórico e arquitetônico, sendo exemplar representativo do sistema construtivo e da estética de sua época. Consiste em um bem cultural peculiar, detentor de extrema ligação com a história da região, testemunho material do período relevante das explorações auríferas no estado. Apesar de degradado internamente, manteve o seu partido intacto e a maioria dos seus elementos estilísticos externos originais, justificando assim a preservação de sua volumetria no contexto da paisagem e de suas fachadas, que retratam a história da arquitetura secular e colonial mineira. O tombamento da fachada e volumetria foi recomendado, uma vez que o interior das edificações encontra-se bastante destruído, estando os vestígios de sua condição original em estado precário.

- **Fazenda das Almas:** propriedade privada particular em péssimo estado de conservação, pertencente ao município de Guanhães situada na área do entorno da PCH Senhora do Porto e com ocupação residencial. A Fazenda das Almas é a segunda mais importante para o município de Guanhães, está ligada à mineração. A fazenda pertenceu a José Dias Bicalho e ganhou notoriedade no ano de 1850, quando foi adquirida por Francisco Nunes Coelho, atraído pela possibilidade de explorar ouro na região. O veio do ouro descoberto possibilitou a extração de 15 kg em 8 dias, período seguido do esgotamento e abandono da lavra.

Os detalhes de todas as informações obtidas em campo através de entrevistas com os moradores sobre a história dos patrimônios e de pesquisas bibliográficas, bem como o inventário fotográfico e arquitetônico das edificações pode ser consultado no relatório consolidado das ações do PCA da PCH Senhora do Porto.

Todas as ações já realizadas estão constantes em detalhes no Relatório de Consolidação das Ações Realizadas e Planejamento das Ações Futuras do Plano de Controle Ambiental da PCH Senhora do Porto, protocolado nessa SUPRAM em 11 de setembro de 2013 sob no 1780734/2013.

2. Justificativa

Conforme demonstrado no diagnóstico dos estudos ambientais e nas informações complementares, para a implantação da PCH Senhora do Porto não há necessidade de supressão de edificações consideradas relevantes do ponto de vista do patrimônio histórico edificado. Neste sentido, a principal justificativa está relacionada ao fato de que alterações na dinâmica social durante implantação e operação do empreendimento pode acarretar pressão sobre o acervo. Diante disso, dois tipos de efeitos são previstos, o primeiro, negativo, a descaracterização através de reformas ou abandono de edificações e, o segundo, positivo, a utilização das eventuais reformas ou demanda por estruturas como estratégia de requalificação do acervo. O projeto proposto atua no

sentido de produzir e divulgar informações capazes de promover, subsidiar e otimizar ações do segundo tipo.

Uma segunda justificativa do projeto advém da carência de material sobre o tema na área de inserção dos empreendimentos e a demanda por este tipo de mapeamento e levantamento de informações tanto por órgãos de preservação do município, como pelos projetos ambientais propostos.

Cabe lembrar ainda que a principal justificativa de projetos semelhantes ao que está sendo proposto está relacionada ao registro das edificações consideradas relevantes para o tema, quando a supressão é necessária para a implantação de determinado empreendimento. Partindo da compreensão de que a supressão do patrimônio edificado acarreta a destruição irreversível de informações históricas, culturais e construtivas, faz-se necessário, como medida compensatória, o registro destas informações em outro meio de acesso público e irrestrito. Embora o projeto proposto trabalhe com justificativas diferentes, devido ao tipo de impacto sobre o patrimônio gerado pelos empreendimentos, o material a ser produzido se aproxima da situação de supressão, visando também o registro, em outro meio, do inventário da situação atual do acervo, como forma de resgatar, registrar e divulgar informações históricas ligadas às edificações e subsidiar ações que possam alterar essa situação.

3. Objetivos

O projeto trabalha com dois objetivos. O primeiro, resgatar e registrar informações sobre o acervo histórico edificado, contemplando aspectos históricos, arquitetônicos e culturais das edificações suprimidas ou no entorno. E no segundo, a divulgação das informações obtidas, ação que visa a compensação pela supressão das edificações na ADA e a mitigação dos impactos nas edificações da AE e área urbana.

4. Área de Abrangência

A área coberta pelo projeto é composta pela sede urbana do município Dores de Guanhães e pelas edificações rurais consideradas relevantes para o item Patrimônio Histórico Edificado, localizadas na Área de Entorno e na Área Diretamente Afetada do empreendimento. Além da população de Dores de Guanhães, proprietários das edificações estudadas e órgãos de preservação do município.

5. Metodologia

A metodologia de trabalho foi composta por três etapas: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e produção de material de divulgação.

1) Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica visou a definição de critérios para classificação e contextualização do acervo e o levantamento de informações secundárias. Para o levantamento de fontes secundárias, o método incluiu consulta ao arquivo público mineiro, biblioteca do IEPHA e do IPHAN, levantamento de publicações sobre a região e pesquisa em sites da internet.

A pesquisa bibliográfica foi complementada por fontes primárias obtidas através de contato com órgãos de preservação local e entrevista com moradores sobre a época de construção da moradia, primeiras propriedades da região e história associada às edificações. Além da compreensão do processo de ocupação do município de Dores de Guanhães e a elaboração de histórico de cada propriedade estudada.

2) Levantamento de Campo

O levantamento de campo englobou, além do contato com moradores, a execução de registro fotográfico completo, caracterização dos materiais construtivos e do estado de conservação das edificações.

Para o levantamento de dados sobre a história local utilizou-se a entrevista informal com moradores antigos da região, abordando temas como: fazenda mais importante, mais antiga, primeira família da região, primeiro morador da edificação, tempo de construção, edificações referenciais para o local, dentre outros.

Para o levantamento das edificações, ou inventário arquitetônico, realizou-se a produção de modelos de fichas de inventário preenchidas para cada propriedade, que serão vinculadas no material de registro e divulgação das informações obtidas. A ficha deveria conter localização, registro fotográfico, croqui de setorização, croqui das plantas dos pavimentos, indicação de materiais construtivos (estrutura, cobertura, revestimento, piso, acabamentos, mobiliário, etc), estado de conservação, descaracterizações e patologias construtivas. Como também eventuais dados sobre o histórico da construção, que serão acrescentados ao levantamento histórico.

3) Material de Divulgação

O material de divulgação das informações é composto pelo Álbum de Registro do Patrimônio Histórico Edificado entregue ao órgão de preservação local, disponível para consulta pública, que contém todas as informações produzidas. O álbum deve ser confeccionado em material resistente, sendo recomendada a impressão colorida em papel com gramatura de 180 gramas ou superior, encadernação de capa dura, nas dimensões do formato A3 (29,7 cm por 42 cm). Para maior divulgação do material o projeto prevê a produção de três cópias do Álbum de Registro do Patrimônio Histórico Edificado.

A estrutura de apresentação dos dados deve seguir a seguinte distribuição por capítulos. O primeiro capítulo deve conter a história de ocupação da região e do município de Dores de Guanhães. O segundo apresenta o acervo da sede urbana. O terceiro, quarto e quinto apresentam o estudo das edificações por empreendimento. O sexto apresenta um roteiro para elaboração de palestra sobre o Patrimônio Histórico Edificado da região. O sétimo apresenta as considerações finais e equipe responsável pela elaboração do álbum.

Além do álbum, o projeto prevê a produção de banners para exposição permanente ou itinerante, produção de folders para divulgação e roteiro para palestras com o conteúdo produzido. O conjunto de banners deve ser elaborado nas dimensões 180 cm por 120 cm, em lona resistente e de fácil transporte, com acabamento superior e inferior de PVC e cordão para fixação. O conteúdo do banner será composto por informações vinculadas no álbum sendo recomendado a divisão do álbum em 4 banners: (a) um para a sede urbana de Dores de Guanhães; (b) um para as edificações da PCH Dores de Guanhães; (c) um para a PCH Senhora do Porto e (d) um para a PCH Jacaré. A fim de possibilitar uma melhor divulgação do material também serão produzidas duas cópias dos banners.

Os folders de divulgação devem ser elaborados em papel de 180gr, impressos em formato A4, frente e verso colorido e dobrado. O projeto prevê a tiragem inicial de 200 cópias do folder. O folder deve conter, de forma resumida, o mesmo conteúdo dos banners e menção sobre a existência do Álbum de Registro do Patrimônio Edificado, bem como as informações necessárias para sua consulta.

6. Produtos a Serem Gerados

Para atingir os objetivos do programa, falta a produção do material de divulgação previsto no escopo do Projeto. São eles:

- Três cópias do Álbum de Registro do Patrimônio Histórico Edificado confeccionado em material resistente, sendo recomendada a impressão colorida em papel com gramatura de 180 gramas ou superior, encadernação de capa dura, nas dimensões do formato A3 (29,7 cm por 42 cm).
- Banners para exposição permanente ou itinerante elaborado nas dimensões 180 cm por 120 cm, em lona resistente e de fácil transporte, com acabamento superior e inferior de PVC e cordão para fixação.
- Folders para divulgação elaborados em papel de 180gr, impressos em formato A4, frente e verso colorido e dobrado.
- Roteiro para palestras com o conteúdo produzido.

7. Equipe Técnica

A responsabilidade pela execução do projeto é do empreendedor, que contratará empresa com expertise para a realização dos serviços que ainda faltam ser implementados. A responsabilidade pelo acesso ao material é do órgão de preservação local, no caso a Secretaria de Educação e Cultura do município de Dores de Guanhões.

9. Referências Bibliográficas

Para este programa não foram utilizadas referências bibliográficas específicas.

10. ART

Este programa foi adaptado do programa elaborado para o PCA da PCH Senhora do Porto e atualizado a partir do relatório consolidado da LIMIAR Ambiental com a colaboração da Geógrafa Sandra Torres Dumont, MsC em Gestão de Território pela Universidade Federal de Uberlândia/MG.

